



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

“Agora, eu só coloco crédito quando preciso ligar. A Vivo, aqui, está é para lá de morta”

MARIA DOS PRAZERES

Dona de casa

o promotor Renato Vieira Bernardes propôs uma ação civil pública para que a Justiça determine à Vivo a regularização dos serviços imediatamente.

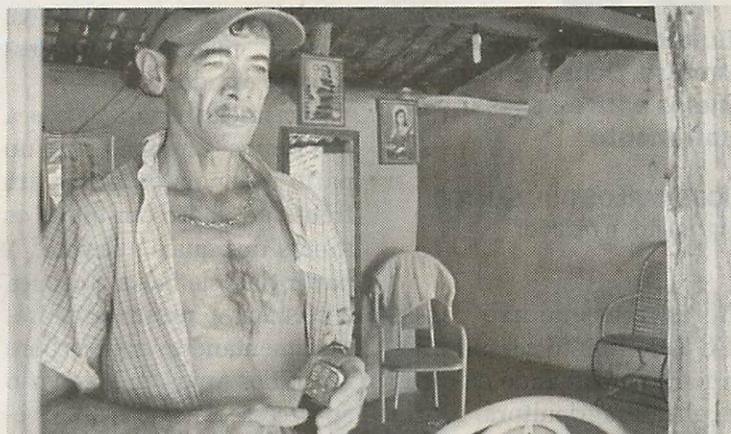
No documento, ele cita que, além do abaixo-assinado entregue pelos moradores, há “provas contundentes” de que a Vivo vem prestando “um serviço deficiente nos povoados gararuenses Lagoa Primeira, Jiboia, Barriguda, Genipatuba, Mangeroma e no Conjunto Castelo Branco” - o Povoado Querereu não foi citado na ação.

O promotor pede que a Justiça obrigue a empresa a adotar, em um prazo máximo de 90 dias, todas as medidas necessárias para regularizar o serviço. Até que todos os problemas sejam sanados, a ação também requer que a empresa fique proibida de comercializar os serviços, como forma de punição. O processo ainda não foi julgado.

O Cinform tentou contactar a Assessoria da Imprensa da Vivo em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso.

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA

opine@cinform.com.br



Gilmar trocou de aparelho acreditando que o problema era com ele

tar uma ligação, ele acabou trocando de celular por achar que o problema estava relacionado ao aparelho. “Mas só fiz gastar dinheiro. A gente já não tem muito e ainda perde por causa da irresponsabilidade da

Vivo. Assim, não dá certo”, lamenta.

AÇÃO CIVIL

As queixas dos moradores só foram ouvidas, até agora, pelo Ministério Público do Estado. No dia 24 de janeiro,